

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2012/2013

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** SP000887/2013  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 29/01/2013  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR074259/2012  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 46219.031580/2012-74  
**DATA DO PROTOCOLO:** 17/12/2012

SIND TRABS NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO E AFINS SANTOS, CNPJ n. 58.255.829/0001-15, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). NELSON DA SILVA;  
FED DOS TRAB NAS IND DE ALIM DO EST S PAULO, CNPJ n. 62.651.468/0001-01, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MELQUIADES DE ARAUJO;  
SINDICATO DOS TRABAL NAS INDS DE ALIMENTACAO SAO PAULO, CNPJ n. 48.794.846/0001-77, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). NELSON DA SILVA;  
SINDICATO DOS TRAB NAS IND DE ALM DE JUNDIAI, CNPJ n. 50.952.035/0001-07, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). NELSON DA SILVA;  
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO E AFINS DE LIMEIRA, CNPJ n. 51.475.408/0001-50, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). NELSON DA SILVA;  
E  
SINDICATO DA INDUSTRIA DOTRIGO NO ESTADO DE SAO PAULO, CNPJ n. 62.640.651/0001-01, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). LUIZ MARTINS;  
celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de novembro de 2012 a 31 de outubro de 2013 e a data-base da categoria em 1º de novembro.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Moinhos de Trigo**, com abrangência territorial em **Jundiaí/SP, Limeira/SP, Santos/SP e São Paulo/SP**.

## **Salários, Reajustes e Pagamento**

### **Piso Salarial**

### **CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO**

Fica assegurado um salário normativo de R\$ 1.150,00 (hum mil cento e cinquenta reais) mensais, a partir de 01.11.2012 excluídos os menores aprendizes, na forma da lei, e as empresas que possuam quadro de pessoal organizado em carreira. O salário normativo será reajustado sempre que o for o salário da categoria.

### **Reajustes/Correções Salariais**

#### **CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

Os salários dos empregados abrangidos por esta Convenção vigentes em 01.11.11, serão reajustados em 01.11.12 pelo percentual total e negociado de 8,5% (oito e meio por cento), correspondente ao período de 01.11.2012 à 31.10.2013, obedecidos os seguintes critérios:

- a). Os salários de até R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) serão corrigidos pelo percentual de 8,5% (oito e meio por cento).
- b) Os salários iguais ou superiores a R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) serão corrigidos pela parcela fixa de R\$ 612,00 (seiscentos e doze reais).

### **Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

#### **CLÁUSULA QUINTA - COMPENSAÇÕES**

Para cálculo do reajustamento salarial estabelecido na cláusula do reajuste salarial, serão compensadas além das antecipações, reajustes e/ou aumentos espontâneos, compulsórios ou convencionais, salvo os decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial, implemento de idade, aumento real e término de aprendizagem;

#### **CLÁUSULA SEXTA - ADIANTAMENTO SALARIAL (VALE)**

As empresas concederão aos seus empregados que assim optarem, adiantamentos de salários, nas seguintes condições:

- a) O adiantamento será de, no mínimo, 40% (quarenta inteiros por cento) do salário nominal mensal, desde que o empregado já tenha trabalhado, na quinzena, o período correspondente;
- b) O pagamento deverá ser efetuado de 15 (quinze) a 20 (vinte) de cada mês;
- c) Situações atuais mais favoráveis deverão ser mantidas.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS POR VIA BANCÁRIA**

1) Os salários serão pagos até o 1º dia útil do mês, ficando assegurado às empresas um prazo de 6 (seis) meses para adaptação.

2) As empresas que efetuam o pagamento dos salários dos seus empregados por via bancária, proporcionarão horário que permita o seu imediato recebimento, durante a jornada de trabalho, de conformidade com a Portaria MTb nº. 3.281, de 07.12.1984.

## **CLÁUSULA OITAVA - COMPROVANTES DE PAGAMENTO**

As empresas entregarão aos seus empregados, abrangidos por este reajustamento salarial, por ocasião dos pagamentos salariais, comprovantes com o timbre delas, discriminando a natureza e os diferentes valores pagos e descontados;

## **CLÁUSULA NONA - ERRO NO PAGAMENTO**

Na ocorrência de erros comprovados e incontroversos que, porventura, ocorram no pagamento dos salários, a Empresa se obriga a efetuar a devida correção no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da solicitação por parte do empregado, desde que o valor devido seja superior a 2% (dois por cento) do seu salário.

**Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo**

## **CLÁUSULA DÉCIMA - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO**

Nas substituições internas, que não tenham caráter meramente eventual ou de experiência, o empregado substituto perceberá o salário do substituído, sem considerar vantagens pessoais ou inerentes ao cargo efetivo;

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CORREÇÃO**

Os valores fixados nesta Convenção Coletiva serão corrigidos sempre que ocorrer a elevação dos salários da categoria, pelos mesmos índices que forem aplicados para este fim e na mesma oportunidade.

**Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

## **13º Salário**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ADIANTAMENTO DO 13º SALÁRIO**

Adiantamento, pelas empresas, de 50% (cinquenta inteiros por cento) do valor do 13º salário, quando do pagamento das férias;

## **Adicional Noturno**

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ADICIONAL NOTURNO**

O adicional noturno será remunerado com 40% (quarenta por cento) de acréscimo sobre a hora normal.

O trabalho prestado no turno da noite, entende-se das 22 horas até o término da jornada e no caso de prorrogação será acrescido pelo adicional noturno.

## **Prêmios**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS**

As empresas fornecerão, mensalmente, aos seus empregados Cesta Básica, cujo valor líquido não poderá ser inferior a R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), mantidas as condições mais favoráveis.

A cesta básica quando concedida será dentro do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT e não integrará a remuneração do empregado para nenhum efeito de direito.

## **Participação nos Lucros e/ou Resultados**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PPR – PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS**

As empresas que não implementarem o referido programa deverão pagar até 30.04.2013, em favor de cada empregado prejudicado, uma multa equivalente a 90% (noventa por cento) do salário normativo, previsto na Cláusula 3ª desta Convenção Coletiva.

**Parágrafo Primeiro:** Estão excluídas desta obrigação as empresas que já tenham implantado o programa de participação nos lucros/resultados.

**Parágrafo Segundo:** Os programas de participação nos lucros/resultados atualmente em vigor, prevalecerão ao pactuado nesta cláusula.

### **Auxílio Alimentação**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO REFEIÇÃO OU ALIMENTAÇÃO**

Obrigam-se, as empresas abrangidas por esta Convenção, a conceder, até o final de cada mês, tíquetes de auxílio refeição ou alimentação aos seus empregados, no valor nominal de R\$ 11,94 (onze reais e noventa e quatro centavos), sendo um para cada dia de trabalho.

As empresas que já fornecem auxílio alimentação ou refeição deverão continuar fornecendo o benefício da maneira, valor e modo praticados, inclusive para os empregados que vierem a ser admitidos após a assinatura da presente Convenção Coletiva.

É facultado às empresas, em substituição ao fornecimento dos vales-refeição a seus empregados, fornecer alimentação diretamente aos seus empregados, em restaurante próprio, observado o disposto na Lei 6.321/76, de seus respectivos decretos, das Portarias 193/2006 e 66/2006 do MTE e das Normas Regulamentadoras - NR 24.3 e NR 24.4 do MTE, no que tange à cozinha e refeitório, independentemente do número de empregados que a empresa possua.

O Auxílio Refeição ou Alimentação será concedido dentro do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT e não integrará a remuneração do empregado para nenhum efeito de direito.

### **Auxílio Transporte**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - VALE TRANSPORTE**

As empresas farão a entrega do vale-transporte, aos empregados que dele se utilizam, no primeiro dia útil de cada mês.

### **Auxílio Saúde**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PLANO DE SAÚDE**

As partes envolvidas na presente Convenção Coletiva de Trabalho, que ainda não implantaram plano de assistência médica a seus colaboradores, se comprometem até o dia 30 de Junho de 2013 implantar um Plano de Assistência Médica, respeitadas as condições mais favoráveis.

## **Auxílio Morte/Funeral**

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AUXÍLIO FUNERAL**

No caso de falecimento do empregado, as empresas pagarão aos seus dependentes legais, a título de auxílio funeral, 4 (quatro) salários normativos da categoria, de conformidade com os critérios da cláusula referente ao salário normativo deste Acordo.

**Parágrafo Único:** Ficam excluídas dessa obrigação as empresas que mantenham seguro de vida em grupo, com a subvenção total por parte da empresa.

## **Auxílio Creche**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - REEMBOLSO CRECHE**

As partes convencionam que, a obrigação contida nos parágrafos primeiro e segundo do art. 389, da CLT, de acordo com a Portaria nº. 3.296, de 03.09.1986, e Parecer MTb 196/86, poderá ser substituída, a critério da empregada mãe, por uma das seguintes alternativas:

- a) Concessão de auxílio pecuniário no valor mensal de 25% (vinte e cinco por cento) do salário-normativo da categoria, de conformidade com os critérios da cláusula referente ao salário normativo desta Convenção a partir do retorno da gestante ao trabalho, durante 8 (oito) meses.
- b) Utilização de creche conveniada da empresa, que deverá, preferencialmente, estar o mais próximo possível do local de trabalho.

**Parágrafo único:** As empresas comunicarão às empregadas mães a localização da creche conveniada.

## **Outros Auxílios**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ATESTADO DE AFASTAMENTO E SALÁRIO (AAS)**

As empresas fornecerão, devidamente preenchido, o atestado de afastamento e salário (AAS), quando solicitado por escrito pelo empregado, nos seguintes prazos máximos:

- a) Para obtenção de auxílio-doença: 5 (cinco) dias úteis;
- b) Para fins de aposentadoria: 10 (dez) dias úteis;
- c) Para fins de obtenção de aposentadoria especial: 30 (trinta) dias úteis.

## **Empréstimos**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - EMPRÉSTIMO**

As Empresas se obrigam a respeitar o previsto na Medida Provisória nº 130 de 17.09.2003, regulamentada pelo Decreto 4840 de 17.09.2003.

## **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

### **Normas para Admissão/Contratação**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOCUMENTAÇÃO**

Na contratação, as empresas evitarão exigir documentos desnecessários, procurando, na medida do possível e sem ferir seus critérios de admissão, utilizar apenas os documentos discriminados em lei.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - GARANTIA SALARIAL DE ADMISSÃO**

Será garantido ao empregado admitido para a mesma função de outro dispensado sem justa causa, salário igual ao menor salário pago na função, sem considerar vantagens pessoais, não se incluindo nesta garantia funções individualizadas, isto é, aquelas que possuam um único empregado no seu exercício.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - PROGRESSO NA FUNÇÃO**

Com a efetivação do empregado em determinada função, a ele será garantido, quando menos, o menor salário pago ao exercente da mesma.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ANOTAÇÕES EM CARTEIRA - ADMISSÃO E PROMOÇÃO**

No ato da contratação, as Empresas procederão a anotação legal na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do empregado. A promoção desde que efetivada será também anotada.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ISONOMIA**

Nenhuma prática de discriminação será admitida. Será assegurada ainda a extensão de todos os benefícios para companheiros (as) de união estável do mesmo sexo.

## **Desligamento/Demissão**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CARTA AVISO DE DISPENSA**

O empregado dispensado sob a alegação de prática de falta grave, deverá ser avisado desse fato, por escrito e contra recibo, sob pena de gerar presunção de dispensa imotivada;

### **Contrato a Tempo Parcial**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO LEI 9601/98**

O Sindicato dos Trabalhadores se compromete a negociar com as empresas contrato por prazo determinado previsto na Lei 9601 de 21.01.1998 e Decreto 2490 de 04.02.1998.

### **Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - REGISTRO**

Obrigam-se, as empresas, nos termos da lei, no ato de contratação, a anotar a carteira profissional do empregado, assinalando, corretamente, a função a ser exercida, o salário e demais determinações legais;

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EMPREGO OU SALÁRIO AO ACIDENTADO**

Garantia de emprego ou salário, a partir de alta previdenciária, ao empregado afastado por acidente de trabalho, se incapacitado para exercer a função que vinha exercendo e sem condições de exercer outra compatível com seu estado físico, por período igual ao do afastamento, até o limite de 120 (cento e vinte) dias, ou conforme preceitua o art. 118, da Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, o que for mais benéfico, excluídos os casos de contrato por prazo determinado, inclusive de experiência, rescisão por justa causa, acordo entre as partes, ou pedido de demissão e desde que o empregado não se encontre em cumprimento de aviso prévio;

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - SALDO DO F.G.T.S.**

Rescindido o Contrato de Trabalho, qualquer que seja a razão determinante, as empresas fornecerão ao empregado nos 10 (dez) dias subsequentes, saldo de sua conta vinculada do FGTS.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS**

A liquidação dos direitos trabalhistas, resultantes de rescisão do contrato de



trabalho, deverá ser efetivada no prazo legal, sob pena de aplicação da multa prevista na lei.

**Parágrafo Único:** Não se aplica esta cláusula nos casos em que a empresa comprove a impossibilidade de acerto de contas, por problemas de homologação ou do não comparecimento do empregado.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - CARTA DE REFERÊNCIA**

Ocorrendo dispensa sem justa causa ou pedido de demissão, no ato do pagamento das verbas rescisórias, as empresas fornecerão aos empregados, carta de referência, consignando o tempo de serviço, a função executada e a inexistência de fatos desabonadores.

**Parágrafo Único:** Na hipótese de dispensa por justa causa, a carta limitar-se-á a consignar o tempo de serviço e a função executada pelo empregado.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - PERÍODO DE APURAÇÃO DO CARTÃO PONTO**

Fica certo e ajustado que o período de apuração do cartão ponto, para efeito de apuração de faltas ou de horas extras, poderá obedecer às seguintes datas: do dia 16 do mês anterior até o dia 15 do mês atual, ou outras desde que mais favoráveis aos Empregados.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DESCONTOS**

A Empresa fica autorizada a efetuar os descontos das despesas efetuadas por seus Empregados com Seguro, Empréstimos, Assistência Médica, Refeitório, Farmácia, Lanches, Grêmio, Ótica e Mensalidade Sindical de Associados, desde que devidamente autorizadas pelos Empregados e demonstradas nos respectivos holleriths;

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - BANCO DE HORAS**

As Empresas poderão implementar o Banco de Horas com seus empregados, de acordo com a Legislação vigente, com a participação, assistência e anuência do Sindicato Profissional;

### **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

#### **Estabilidade Mãe**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - LICENÇA MATERNIDADE/ESTABILIDADE DA GESTANTE**

A empregada gestante tem direito a licença maternidade, nos termos da Lei sem prejuízo do emprego e do salário. Fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa, da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ALEITAMENTO MATERNO**

Às empregadas mães, será assegurado, quando do aleitamento de seus filhos, até 6 (seis) meses de idade, intervalo remunerado, não compensável, de 1/2 (meia) hora, para este fim.

#### **Estabilidade Serviço Militar**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - MENOR EM IDADE DE SERVIÇO MILITAR**

Garantia de emprego ao menor em idade de prestação de serviço militar ou tiro de guerra, desde o alistamento até 30 (trinta) dias após o desligamento, exceto nos casos de contrato por prazo determinado, de experiência, dispensa por justa causa, pedido de demissão ou transação;

#### **Estabilidade Aposentadoria**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - EMPREGADOS PRÓXIMOS DA APOSENTADORIA**

Aos empregados que comunicarem previamente através de comunicação formal e por escrito para a empresa, e comprovarem estar a um máximo de 24 (vinte quatro) meses da aquisição do direito a aposentadoria por tempo de serviço ou idade, em seus prazos mínimos e, que contem com um mínimo de 5 (cinco) anos na empresa, ficará assegurado emprego ou salário durante o período que faltar para completar o período de aquisição.

#### **Estabilidade Adoção**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - ADOTANTES**

À empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença maternidade, nos termos do artigo 392 da CLT.

## **Outras normas de pessoal**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - TREINAMENTO DE EMPREGADOS**

1) Nos ambientes onde haja perigo ou risco de acidente, o primeiro dia de trabalho do empregado será destinado, parcial ou integralmente, a treinamento com o material de proteção individual (EPIs) e conhecimento daquelas áreas, bem como da atividade a ser exercida, e os programas de prevenção desenvolvidos na própria empresa. Desde que seja necessário, a empresa fixará um número maior de dias para o treinamento.

Fica certo e ajustado que os Treinamentos fornecidos aos empregados, poderão ocorrer dentro ou fora da jornada normal de trabalho, dependendo da sua natureza e da entidade educacional, sendo que na hipótese de ocorrerem fora do horário normal de trabalho, estas horas não serão remuneradas, uma vez que, sendo também de interesse do empregado para a sua melhor qualificação profissional.

## **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

### **Duração e Horário**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - HORAS EXTRAS**

a) Será aplicado o percentual de 70% (setenta por cento) de acréscimo, em relação à hora normal, quando trabalhadas em qualquer dia compreendido entre a segunda-feira à sábado;

b) O percentual de 100% (cem por cento) de acréscimo, em relação à hora normal, quando trabalhadas aos domingos, feriados e em dias ponte já compensados.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DIAS PONTE**

Fica facultado às empresas a liberação do trabalho em dias úteis intercalados com feriados e fins de semana, através de compensação, anterior ou posterior, dos respectivos dias.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - ISENÇÃO DO PONTO NO INTERVALO DE REFEIÇÕES**

Quando não houver necessidade do empregado deixar o recinto da Empresa,

no horário destinado para descanso e refeição, poderá, a critério da Empresa, ser dispensado do registro de ponto, no início e término do referido intervalo.

### **Prorrogação/Redução de Jornada**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - TEMPO À DISPOSIÇÃO DO EMPREGADOR**

Quando as empresas suspenderem o trabalho de seus empregados para execução de serviços de manutenção, não será exigida a compensação das horas faltantes, com horas extraordinárias ou em dias de férias, nem a reposição das horas deixadas de trabalhar.

### **Outras disposições sobre jornada**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS**

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, até 2 (dois) dias consecutivos em virtude do falecimento de pai, mãe, cônjuge, filho e, 1 (hum) dia no caso de internação hospitalar do cônjuge ou filho, desde que coincidentes com as jornadas de trabalho e mediante comprovação.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - INTERVALO INTER-JORNADAS**

Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 11 (onze) horas para descanso;

### **Férias e Licenças**

#### **Férias Coletivas**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - FÉRIAS**

O início das férias, coletivas ou individuais, integrais ou parceladas, não poderá coincidir com sábados, domingos, feriados ou dias pontes já compensados. Deverão, as férias, ter início no primeiro dia útil da semana;

**Parágrafo único:** Na hipótese de concessão de férias coletivas e estas ocorrerem no período que compreendam os dias 25 de Dezembro e 1º de Janeiro, estes dois dias não serão computados nas respectivas férias.

## **Saúde e Segurança do Trabalhador**

### **Condições de Ambiente de Trabalho**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - CONDIÇÕES MÍNIMAS DE HIGIENE E SEGURANÇA**

As empresas assegurarão aos seus empregados:

- a) Água potável;
- b) Sanitários em condições higiênicas, separados para homens e mulheres;
- c) Armários individuais para a guarda de roupas e pertences dos trabalhadores;
- d) Chuveiro com água quente.

### **Equipamentos de Segurança**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - EQUIPAMENTOS INDIVIDUAIS DE PROTEÇÃO**

Os empregados receberão, gratuitamente, para utilização no trabalho, equipamentos individuais de proteção, como luvas, botas e capacetes, roupa adequada, etc.;

### **Uniforme**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - ROUPAS DE TRABALHO**

As empresas fornecerão, gratuitamente, aos seus empregados, uniformes, fardamentos, macacões e demais peças de vestuário, quando exigidos pelas mesmas empresas para a prestação de serviços;

### **CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - ELEIÇÕES DA CIPA**

Nas eleições da CIPA será observado pelas Empresas o estabelecido na Norma Regulamentadora NR-5.

### **Treinamento para Prevenção de Acidentes e Doenças do Trabalho**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - TREINAMENTO PARA PREVENÇÃO DE ACIDENTES**

As empresas treinarão os empregados novos, para fins de prevenção contra

acidentes e uso de equipamentos de proteção, quando for o caso. O treinamento dar-se-á durante a jornada normal, a cargo de pessoal habilitado.

### **Aceitação de Atestados Médicos**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - ATESTADOS MÉDICOS-ODONTOLÓGICOS**

Serão aceitos os atestados médicos-odontológicos expedidos pelo ambulatório do Sindicato profissional ou serviço conveniado, para justificação das ausências ao serviço, por doença, inclusive pagamento das diárias relativas ao afastamento e repouso remunerados, desde que ratificados pelo médico da empresa ou serviço conveniado.

### **Primeiros Socorros**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - PRIMEIROS SOCORROS**

As empresas manterão medicamentos básicos em local apropriado e de fácil acesso para primeiros socorros, em todos os turnos de trabalho.

### **Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - PREVENÇÃO ÀS LER/DORT**

As Empresas instituirão programa de prevenção de agravos decorrentes do trabalho, com a participação e compromisso de todos os atores envolvidos, em especial sua direção, passando pelos diversos níveis hierárquicos, incluindo trabalhadores e seu Sindicato, supervisores, cipeiros, profissionais da saúde e de serviços de segurança do trabalho, gerentes e cargos de chefias, dentro do espírito norteador da Instrução Normativa nº 98 do INSS e da Norma Regulamentadora nº 17, objetivando a prevenção, notificação e tratamento das LER/DORT.

### **Relações Sindicais**

#### **Sindicalização (campanhas e contratação de sindicalizados)**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - SINDICALIZAÇÃO**

Com o objetivo de incrementar a sindicalização dos empregados, e dependendo de livre negociação entre as Empresas e os Sindicatos representativos das categorias profissionais, poderão ser colocados à

disposição destes, um dia por ano, local e meios para esse fim.

### **Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa**

#### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**

A contribuição assistencial de empregados integra a presente Convenção, ficando de responsabilidade da entidade sindical dos trabalhadores, encaminhar ofício a respeito, diretamente às empresas.

**Parágrafo Único:** As empresas, respeitada a legislação vigente, bem como a jurisprudência que rege a matéria, efetuarão o desconto da contribuição assistencial na base de 1% (hum por cento) do salário de cada empregado, inclusive com relação ao 13º salário, como simples intermediárias, não lhes cabendo ônus, por eventual reclamação judicial ou administrativa, assumindo desde já a entidade sindical dos trabalhadores a total responsabilidade pelo cumprimento da decisão da Assembléia dos Trabalhadores.

### **Disposições Gerais**

#### **Mecanismos de Solução de Conflitos**

#### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - DIÁLOGO E NEGOCIAÇÕES**

As partes comprometem-se a esgotar todos os meios suasórios para resolverem os problemas decorrentes de Relações Trabalhistas, reunindo-se informalmente na sede do Sindicato Patronal ou dos Trabalhadores ou local previamente designado, para o exercício do diálogo e troca de experiência, sempre que solicitado por uma das partes.

#### **Aplicação do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - COMPROMISSO**

As partes comprometem-se a cumprir o presente Acordo em todos os seus termos e condições, durante o prazo de vigência.

#### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - NORMAS CONSTITUCIONAIS**

A promulgação da legislação ordinária e/ou complementar regulamentadora dos preceitos da Constituição Federal, substituirá, onde aplicável, direitos e deveres previstos nesta convenção, ressalvando-se sempre as condições mais favoráveis aos empregados, vedada, em qualquer hipótese, a acumulação.

## **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - MULTA**

Multa equivalente a 10% (dez por cento) do salário normativo previsto na cláusula do salário normativo, por infração, em caso de descumprimento de qualquer cláusula desta Convenção, revertendo o seu montante em favor da parte prejudicada, excluindo-se desta cláusula as que já possuam cominações especificadas, legais ou convencionais;

### **Outras Disposições**

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU RENOVAÇÃO**

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou renovação total ou parcial da presente convenção, ficará subordinado às normas estabelecidas pelo artigo 615 da CLT.

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - JUIZO COMPETENTE**

Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer divergências surgidas na aplicação da presente convenção.

NELSON DA SILVA

Procurador

SIND TRABS NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO E AFINS SANTOS

MELQUIADES DE ARAUJO

Presidente

FED DOS TRAB NAS IND DE ALIM DO EST S PAULO

NELSON DA SILVA

Procurador

SINDICATO DOS TRABAL NAS INDS DE ALIMENTACAO SAO PAULO

NELSON DA SILVA

Procurador

SINDICATO DOS TRAB NAS IND DE ALM DE JUNDIAI

NELSON DA SILVA

Procurador

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO  
E AFINS DE LIMEIRA



LUIZ MARTINS  
Presidente  
SINDICATO DA INDUSTRIA DOTRIGO NO ESTADO DE SAO PAULO

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br> .